

Senado aprova proposta que garante recursos para a saúde

Com a mudança constitucional acolhida pelos senadores em primeiro turno, União, estados e municípios terão obrigações financeiras definidas na manutenção do Sistema Único de Saúde

Tropas vão garantir acordo de paz

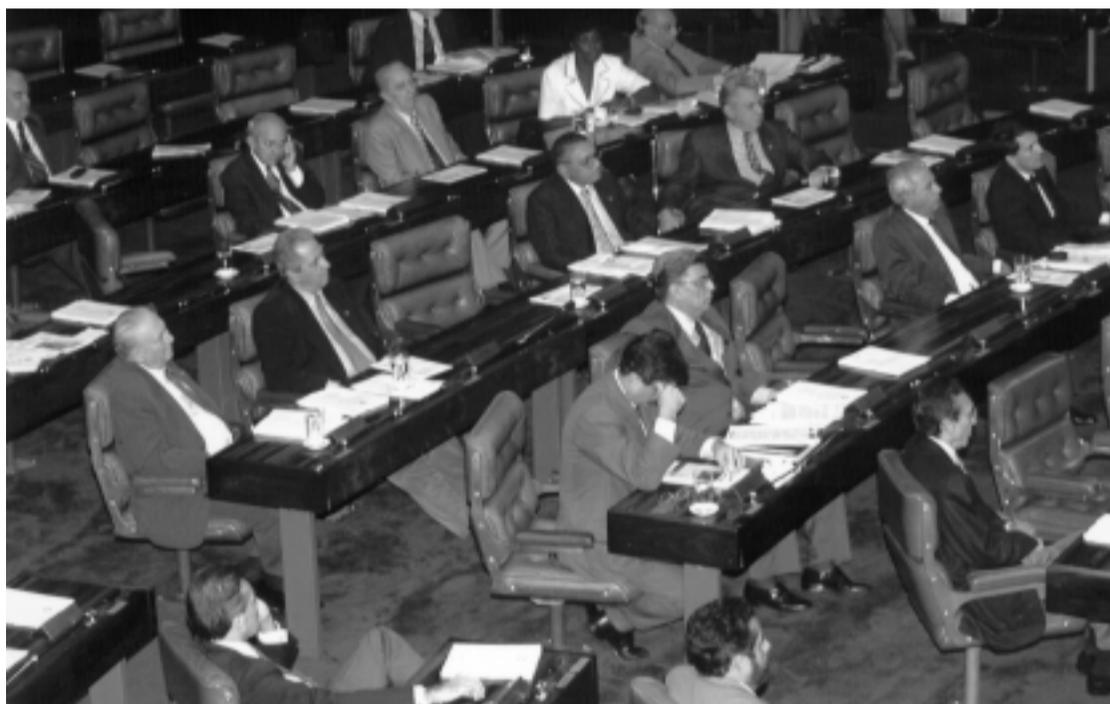
O plenário do Senado aprovou o envio de tropas armadas para a região da fronteira entre o Peru e Equador.

PÁGINA 3

Reconhecida competência de corte

Decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos serão obedecidas pelo Brasil.

PÁGINA 3



O plenário do Senado votou com tranquilidade a emenda que institui um novo modelo de financiamento da saúde pública no país. Foram 60 votos favoráveis e nenhum contrário

Por 60 votos favoráveis e nenhum contrário, o plenário do Senado aprovou ontem, em primeiro turno, proposta de emenda constitucional que obriga a União, os estados e os municípios a destinarem verbas para o Sistema Único de Saúde (SUS). A proposta ainda será votada em segundo turno e, se aprovada, será enviada à Câmara dos Deputados.

A proposta foi apresentada pelo senador Antonio Carlos Valadares e, durante a tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, recebeu um substitutivo do relator, senador Esperidião Amin, o qual fez pequenas mudanças na proposta original. O plenário concordou com o substitutivo.

PÁGINA 3

Congresso vota hoje MP sobre previdência de servidor público

O Congresso Nacional deve votar hoje, em sessão prevista para as 14h30, a Medida Provisória nº 1.720, que cria uma contribuição adicional de 9 pontos percentuais para a parcela de salário dos servidores públicos federais que exceder R\$ 1.200,00. A contribuição normal, de 11%, continuará sendo cobrada sobre todo o rendimento do funcionário

público. De acordo com a medida provisória, a alíquota adicional será cobrada durante cinco anos. O plenário do Senado, em sessão marcada para as 10h, deverá discutir projeto de lei que muda a legislação atual sobre prevenção, tratamento, fiscalização e repressão ao tráfico de drogas. Estão tramitando dois projetos, um do Senado e outro da Câmara.

PÁGINA 2



Artur da Távola (D) quer suspender a votação do ato que renova a concessão do SBT do Rio para sensibilizar a Comissão de Educação a debater a programação da TV e do rádio. PÁGINA 4



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 2 DE DEZEMBRO DE 1998

Antonio Carlos Magalhães

Presidente

- ▶ 11h - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado
- ▶ 14h30 - Preside sessão conjunta do Congresso

PLENÁRIO

- ▶ 10h - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *PLC nº 105/96, que dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão do tráfico ilícito e do uso indevido de entorpecentes e drogas afins; *PLS nº 154/97, que dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão à produção, ao uso indevido e ao tráfico ilícito de substâncias entorpecentes e de drogas que causam dependência física ou psíquica; *PDL nº 41/98, que aprova o ato que renova a concessão da Santarém Rádio e TV Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santarém (PA); *PDL nº 42/98, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Tiradentes Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Belo Horizonte (MG); *PDL nº 43/98, que aprova o ato que renova a concessão da S/A Rádio Pelotense para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pelotas (RS); e *Parecer nº 613/88, que submete à deliberação do Senado o nome do senhor Luiz Augusto Horta Nogueira para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional do Petróleo, para completar o período remanescente do mandato do ex-diretor Ricardo Pinto Pinheiro.

CONGRESSO

- ▶ 14h30 - Sessão conjunta do Congresso Nacional
Pauta: *MP nº 1.607-24, que altera a legislação que rege o salário-educação; e *MP nº 1.720-1, que dispõe sobre a contribuição para o custeio da previdência social dos servidores públicos. *Plenário da Câmara dos Deputados*

COMISSÕES

- ▶ 10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: Apreciação de diversos projetos, destacando-se: *PLS nº 125/97, que autoriza municípios a formarem consórcio para implementar política comum de desenvolvimento; e *PLS nº 30/97, que altera a Lei nº 7.210/84 - Lei de Execução Penal -, que dispõe sobre ressarcimento ao Estado de despesas com manutenção de presos. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 5*
- 10h - Comissão de Assuntos Sociais
Pauta: Apreciação de diversos projetos, destacando-se: *PLC nº 32/94, que altera disposição do art. 867 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º/5/43; e *PLS nº 328/95, que dispõe sobre a movimentação das contas individualizadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço pelos servidores públicos, quando houver mudança de regime jurídico. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 9*

PREVISÃO DA SEMANA

PLENÁRIO

- ▶ Quinta-feira (3.12.98)
- ▶ 10h - Sessão deliberativa ordinária
- ▶ Sexta-feira (4.12.98)
- ▶ 10h - Sessão não deliberativa

Congresso vota contribuição adicional

Sessão de hoje à tarde discutirá medida provisória que obriga servidores com vencimentos acima de R\$ 1.200,00 a descontarem parcela extra de 9% para a Previdência

O Congresso vota hoje, em sessão que começará às 14h30, a Medida Provisória 1.720, que cria a partir de 1º de fevereiro do ano que vem uma contribuição previdenciária adicional de 9 pontos percentuais para os servidores públicos federais que ganham mais de R\$ 1.200,00 por mês. A contribuição normal de 11% continuará sendo cobrada sobre todos os rendimentos do funcionário.

A alíquota adicional será cobrada durante cinco anos e deve gerar uma receita de aproximadamente R\$ 3,1 bilhões por ano. Para o governo, a contribuição extra é fundamental para o programa de ajuste fiscal, anunciado pelo governo no final de outubro.

A mesma medida provisória, reeditada na semana passada, cria também uma contribuição de 11% para todos os pensionistas federais, depois de 1º de março de 1999. Se a pensão for superior R\$ 1.200,00, o excedente pagará ainda o adicional de 9 pontos percentuais.

O líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), informou que será apresentada, durante a votação da MP 1.720, emenda para que apenas aposentados do serviço público com rendimento superior a três salários mínimos (R\$ 390,00) também paguem previdência social.

O conteúdo da emenda foi acertado ontem durante encontro do presidente Fernando Henrique Cardoso com lideranças partidárias que apoiam o governo no Congresso. Pensões menores que R\$ 390,00 continuarão isentas de contribuição previdenciária.

Pelo acordo, conforme José Roberto Arruda, as aposentadorias entre R\$ 390,00 e R\$ 1.200,00 pagarão contribuição de 11%. Também haverá o adicional de 9 pontos percentuais para as aposentadorias acima de R\$ 1.200,00.

Em sua mensagem ao Congresso Nacional com a MP 1.720, o presidente da República anexou exposição de motivos do ministro da Previdência e Assistência Social, Waldeck Ornelas, onde ele

afirma que os gastos com aposentados e pensionistas cresceram muito nos últimos sete anos. "Essa tendência poderá inviabilizar o serviço público se não forem adotadas medidas urgentes e eficazes", pondera Waldeck Ornelas.

PARTICIPAÇÃO

O ministro informa que, em 1990, os gastos com aposentados e pensionistas consumiam 25% das verbas usadas no pagamento de ativos e inativos e, em 1997, o percentual pulou para 42,7%. Em valores, os gastos com ativos ficaram em R\$ 26,16 bilhões no ano passado, enquanto os pagamentos

de aposentados e pensionistas somaram R\$ 19,5 bilhões.

A cobrança do adicional de 9 pontos percentuais sobre os salários dos ativos ajudará a produzir, a curto prazo, um equilíbrio nas contas previdenciárias da União, permitindo que, a longo prazo, seja implantado um sistema equilibrado e viável atuarialmente, conforme o ministro da Previdência. Ele destaca que, com o adicional, a União limitará o gasto dos inativos a 12% de sua receita corrente líquida, o mesmo percentual exigido de estados e municípios em outra MP, a qual foi aprovada recentemente pelo Congresso.

Senado discute projetos de repressão às drogas

O plenário do Senado discute hoje, em sessão marcada para as 10h, projeto de lei que muda a legislação atual

sobre prevenção, tratamento, fiscalização e repressão ao tráfico de drogas. Estão tramitando juntos dois projetos - um do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e o outro do deputado Elias Murad (PSDB-MG). O relator das duas propostas na CCJ, senador Romeu Tuma (PFL-SP), decidiu propor um projeto substitutivo, aproveitando os dois textos.

O projeto mantém punições severas para traficantes, mas sujeita os consumidores de drogas apenas a advertência e tratamento médico. Uma novidade: integrante de quadrilha que revelar os nomes de seus colegas, de forma espontânea, poderá não ser indiciado criminalmente. São estabelecidas várias medidas educativas que poderão ser aplicadas pelos juízes, como a presta-

ção de serviços à comunidade e até suspensão temporária da habilitação para conduzir veículos.

A proposta inova também ao instituir o dever de sigilo processual, desde a fase do inquérito policial, e proíbe a divulgação dos valores das drogas apreendidas. Além disso, o projeto permite a redução da pena quando o condenado estiver disposto a trabalhar.

Na mesma sessão, os senadores discutirão o projeto oriundo da Câmara dos Deputados que prevê a extinção progressiva dos manicômios e sua substituição por outros recursos assistenciais. O plenário votará ainda projetos que renovam a concessão de funcionamento, por mais dez anos, de emissoras de rádio dos estados do Pará, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Consta, também, da Ordem do Dia, votação do nome de Luiz Augusto Horta Nogueira para o cargo de diretor da Agência Nacional do Petróleo (ANP).



Romeu Tuma



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

TERÇA-FEIRA, 1º DE DEZEMBRO DE 1998

1

Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 1997 (Autor: Antonio Carlos Valadares e outros). Dispõe sobre a destinação de recursos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios para a implementação, funcionamento e gestão do Sistema Único de Saúde, e dá outras providências. Parecer nº 504/98-CCJ, Relator: Senador Esperidião Amin, favorável, com Emenda nº 1-CCJ (substitutivo).

Resultado: Aprovado o substitutivo (Sim: 60 Não: 0 Abst: 0 Total: 60) À CCJ, para elaborar a redação para o segundo turno.

2

Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 1998 (nº 628/98, na Câmara dos Deputados). Aprova o texto da Convenção para Prevenir e Punir os Atos de Terrorismo Configurados em Delitos contra as Pessoas e a Extorsão Conexa, Quando Tiverem Eles Transcendência Internacional, concluída em Washington, em 2 de fevereiro de 1971. Parecer nº 592/98-CRE, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável.

Resultado: Aprovado. À promulgação.

3

Projeto de Decreto Legislativo nº 90, de 1998 (nº 659/98, na Câmara dos Deputados). Autoriza o envio, pelo Brasil, de tropas armadas e equipamentos para o exterior, com a finalidade de prestar o apoio logístico necessário à realização dos trabalhos da Missão de Observadores Militares Equador/Peru (MOMEP). Parecer nº 593/98-CRE, Relator: Senador Casildo Maldaner, favorável.

Resultado: Aprovado. À promulgação.

4

Projeto de Decreto Legislativo nº 94, de 1998 (nº 711/98, na Câmara dos Deputados). Aprova a solicitação de reconhecimento da competência obrigatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos em todos os casos relativos à interpretação ou aplicação da Convenção Americana de Direitos Humanos para fatos ocorridos a partir do reconhecimento, de acordo com o previsto no parágrafo primeiro do art. 62 daquele instrumento internacional. Parecer nº 594/98-CRE, Relator: Senador Bernardo Cabral, favorável.

Resultado: Aprovado. À promulgação.

5

Ofício nº 5/72, de 1994, do Banco Central do Brasil (nº 3.340/94, na origem). Encaminha solicitação do governo do estado de São Paulo para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado de São Paulo - LFTP, destinados à liquidação de precatórios judiciais pendentes, de responsabilidade daquele estado.

Resultado: Declarado prejudicado. Ao Arquivo.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho

Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade

Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo

Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Coordenação Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impressa pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Plenário aprova emenda sobre recursos da saúde

Proposta apreciada em primeiro turno por unanimidade obriga a União, os estados e os municípios a investirem verbas mínimas anuais para o atendimento público gratuito através do SUS

O plenário do Senado aprovou ontem, em primeiro turno, por 60 votos favoráveis e nenhum contrário, proposta de emenda constitucional que obriga a União, os estados e os municípios a destinarem verbas para o Sistema Único de Saúde (SUS), que repassa dinheiro para hospitais estaduais, municipais e conveniados para atendimento público gratuito. O projeto ainda será votado em segundo turno e, se aprovado, será enviado à apreciação dos deputados.

A proposta foi apresentada pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e, durante a tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, recebeu um substitutivo do relator, senador Esperidião Amin (PPB-SC), o qual fez pequenas mudanças na proposta original. O plenário concordou com o substitutivo.

DIVISÃO

De acordo com a mudança constitucional, a União terá de destinar necessariamente 30% dos recursos do orçamento da seguridade social para o SUS. Já os estados aplicarão 12% e os municípios no mínimo 10%, incluído

até mesmo o dinheiro que recebem da União como transferência constitucional. A Constituição diz que o SUS tem de ser mantido pelos três níveis de governo, mas não determina nenhum percentual de receitas para isso.

Esta será a segunda aplicação mínima de recursos da União, dos estados e dos municípios em uma área social. A única obrigatoriedade prevista atualmente é a destinação de 25% da receita de impostos dos estados e municípios para a educação. A União destina

Como é o financiamento do SUS:

O texto atual da Constituição prevê que o Sistema Único de Saúde será financiado com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes, mas não estabelece participação mínima obrigatória de nenhum desses níveis.

O que determina a emenda:

A emenda constitucional, aprovada em primeiro turno, define os seguintes percentuais mínimos de participação de cada um dos níveis de governo para a manutenção do Sistema Único de Saúde:

30% do orçamento de seguridade social da União

12% das receitas dos estados e Distrito Federal, incluídas as resultantes de transferências constitucionais da União

10% das receitas dos municípios, incluídas as resultantes de transferências constitucionais da União

18%. A emenda aprovada agora autoriza tanto o estado quanto a União a decretarem intervenção no município que não fizer as aplicações mínimas em educação e saúde.

ORGANIZAÇÃO

Ao justificar seu projeto, o senador Antonio Carlos Valadares afirmou que a Constituição de 88 contém conceitos avançados na parte que trata da seguridade social. No entanto, a falta de detalhamento sobre competências de cada nível de governo e as fontes de

recursos "provocou uma ruptura na estrutura do recém-criado Sistema Único de Saúde", passando "a falsa impressão de que o sistema não tem condições de funcionamento". Ele acredita que, com a obrigatoriedade proposta pela emenda, o sistema terá melhores condições de funcionamento.

Ao relatar a matéria na CCJ, o senador Esperidião Amin lembrou que no Brasil são gastos pouco mais de US\$ 100 por pessoa no setor de saúde. Informou ainda em seu parecer que,

em 1995, os estados gastavam, em média, 6% de seus orçamentos com saúde (percentual que

passará a ser de 12%, com a mudança). Já os municípios destinavam 12%. Amin afirma que estatísticas do governo federal indicam uma melhora na situação desde 1996, mas a participação dos estados e municípios no financiamento da saúde "ainda é insuficiente". O senador catarinense reconhece que os problemas da área de saúde no Brasil decorrem não apenas da falta de dinheiro, mas a proposta de emenda constitucional melhorará a situação.



O plenário concordou com a argumentação de Valadares de que o novo modelo de financiamento permitirá ao SUS prestar melhor atendimento à população

Envio de tropas para garantir paz é autorizado

O governo brasileiro poderá enviar tropas armadas e equipamentos para a região da fronteira entre o Peru e o Equador, com a finalidade de fazer cumprir o acordo de paz entre as duas nações, assinado recentemente em Brasília entre os presidentes das duas nações. A autorização foi aprovada ontem pelo plenário do Senado.

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), relator da matéria na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, recomendou a aprovação do envio das tropas, ponderando que o acordo entre os dois países exigirá o trabalho de pelo menos 60 profissionais brasileiros, que trabalharão na parte de cartografia, segurança, fotografia, transporte aéreo e alojamento. Também vão participar dos trabalhos forças dos EUA, Argentina e Chile.

O plenário aprovou na mesma sessão de ontem o texto de uma convenção assinada em Washington, em 1971, com a finalidade de dotar os



Maldaner: acordo recentemente assinado exige trabalho de muitas pessoas

países americanos de instrumentos para prevenir e punir ações terroristas contra diplomatas e integrantes de organizações internacionais que representam países da região.

De acordo com a convenção, pessoas que atentarem contra os diplomatas poderão ser extraditadas pelos países-membros para julgamento. A aprovação foi recomendada pelo relator na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, senador Romeu Tuma (PFL-SP).

Brasil acatará decisões da Corte de Direitos Humanos



Bernardo Cabral

As decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos, criada em 1978 pelo Pacto de São José da Costa Rica, serão obedecidas pelo Brasil.

O plenário do Senado aprovou ontem projeto que reconhece a competência da corte para fatos registrados a partir de agora, concluindo que não há conflitos entre a jurisdição do tribunal e a legislação brasileira.

O plenário concordou com pare-

cer apresentado na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), no qual ele lembra que a própria Constituição de 88 assinala que o Brasil defenderia a criação de um tribunal internacional de direitos humanos.

— O reconhecimento da Corte de São José da Costa Rica não significa a criação de uma efetiva instância supranacional, proferindo sentenças hierarquicamente superiores ao

direito interno, ou modificativas de sentenças da Justiça brasileira. Trata-se de uma corte competente para julgar casos que a ela são submetidos pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos ou por estados, únicas entidades com legitimidade ativa para a causa — explicou Bernardo Cabral ao plenário.

O Brasil é o 25º país latino-americano a reconhecer a competência da Corte de São José, faltando apenas Jamaica, Barbados, Granada,

República Dominicana e México. De acordo com a exposição de motivos do ministro das Relações Exteriores ao presidente da República, o tribunal pode emitir sentença em que determina se um Estado é ou não responsável por violações da Convenção Americana de Direitos Humanos.

A corte pode determinar ao país o fim das violações de direitos humanos julgadas e a indenização das vítimas ou herdeiros.

Távola quer debate sobre programação de rádio e TV

Senador resolve suspender a votação do projeto de decreto legislativo que aprova o ato de renovação da concessão ao SBT do Rio de Janeiro, como forma de ampliar a discussão sobre o tema

Suspender a votação do projeto de decreto legislativo que aprova o ato de renovação da concessão ao SBT (Sistema Brasileiro de Televisão) do Rio de Janeiro foi a solução encontrada pelo relator da matéria, senador Artur da Távola (PSDB-RJ), para sensibilizar os senadores da Comissão de Educação (CE) a realizarem um amplo debate acerca da programação das emissoras de rádio e televisão brasileiras.

– Temos que decidir se vamos apenas cancelar as formalidades que vêm do Ministério das Comunicações, que entopem a nossa pauta, ou se vamos observar essa matéria não apenas pelos seus aspectos formais e técnicos, mas pelo conteúdo – afirmou o senador.

A posição de Távola foi manifestada durante a discussão do seu relatório na reunião da CE ontem. O debate se encerrou com pedido de vista do senador Nabor Júnior (PMDB-AC).

Para Artur da Távola, que preside a CE, a Constituição é “luminosa” ao definir os princípios que devem ser seguidos pelas emissoras de rádio e televisão. No artigo 221, a Carta de 1998 estabelece que as emissoras devem ter finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas, além de respeitar os valores éticos e sociais da pessoa e da família.

– Essas determinações constitucionais, que são auto-aplicáveis, não estão sendo observadas na grande maioria dos casos – avaliou o senador.

Távola identifica em seu relatório que, ao contrário do que estabelece a lei, tem-se assistido “à exacerbção do padrão mercadológico, que ajusta as finalidades, a estética e a linguagem do produto-programa a necessidades e vontades do mercado”. Nesse sentido, continuou, o SBT do Rio de Janeiro é um exemplo “emblemático” dessa tendência.

O senador citou a recente redução do jornalismo da emissora, a inexistência de programa infantil de caráter formativo, o “apelo fácil à ideologia do dinheiro” em programas de auditório e os sorteios pela televisão como desvios das finalidades sugeridas na Constituição.

Além disso, na opinião de Artur da Távola, a programação tem estimulado a erotização precoce de crianças, que pode ser atestada pelo aumento no número de casos de abortos na adolescência. Segundo ele, também está havendo uma fuga da idéia de que o noticiário deve ter caráter informativo.

– Quanto mais dramaticidade se dá à notícia, quanto mais parecido for com as novelas que vêm antes e depois, maior o índice de audiência. A notícia como espetáculo pouco tem a ver com o caráter de equidistância da informação – criticou o senador.

Apesar das críticas, Távola ressaltou, no voto que apresenta em seu relatório, que o SBT do Rio de Janeiro atendeu aos requisitos técnicos para habilitar-se à renovação da concessão. Ele reconheceu ainda os

investimentos, a quantidade de empregos e o esforço produtivo da emissora.

– Não tenho o propósito de prejudicar o trabalho de uma emissora que já se mostrou capaz. Desejo que a emissora se comprometa com esta Casa e

que, ao longo dos 15 anos de duração da concessão, cumpra o seu compromisso – explicou.

Távola leu ainda carta assinada pelo diretor-regional da emissora no Distrito Federal, Flávio Cavalcanti Jr., que não considera o Senado o fórum competente para um debate que não deve ser limitado a uma emissora.

Na interpretação do senador, a carta tem o lado positivo de sugerir que a discussão seja feita com o conjunto das emissoras. Távola não concorda, no entanto, que o Senado não seja o local adequado para o debate.

Essa também é a posição do senador Sérgio Machado (PSDB-CE), para quem o Senado deve aprofundar a discussão e definir uma política geral para todas as emissoras “para deixar de cancelar as renovações e dar uma contribuição nesse assunto que interessa à família brasileira”.



Artur da Távola aponta desvio das finalidades previstas na Constituição

CE acolhe a proibição de venda de cigarros a menores

A venda de cigarros a menores de 18 anos fica proibida, de acordo com projeto do senador Odacir Soares (PTB-RO) aprovado na reunião de ontem da Comissão de Educação, na forma de substitutivo do relator, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). O projeto também proíbe a venda de cigarros em escolas, centros esportivos e estabelecimentos que se destinem a guarda, estada, lazer, estudo, moradia ou reclusão de crianças e adolescentes, e a propaganda de cigarros nesses locais.

Detalhe importante do projeto é a determinação de se destinar 10% da renda proveniente da venda de cigarros ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Desportivo. Havia na pauta da comissão um outro projeto, de autoria do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), tratando do

mesmo tema, e que foi considerado prejudicado por ser menos abrangente.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) declarou ser favorável à proposta, mas teme que, a exemplo do que acontece com a proibição da venda de bebidas alcoólicas a menores, não haja punição aos infratores. O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) ressaltou, no entanto, a previsão de sanções graves a quem descumprir a lei.

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) elogiou a iniciativa do senador Odacir Soares, “no momento em que as empresas do setor tabagista se esforçam para atrair novos clientes e voltam-se para os jovens”.

A matéria já tem parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e vai agora ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Gregori analisará na Comissão de Educação formas de monitoramento das emissoras

O secretário Nacional de Direitos Humanos, José Gregori, deve participar, em data ainda a ser marcada, de audiência pública na Comissão de Educação (CE), para discutir formas de monitoramento da programação das emissoras de televisão. Requerimento nesse sentido, de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS), foi aprovado ontem pelo plenário da comissão.

Simon havia apresentado outro requerimento solicitando a instalação de uma subcomissão permanente, destinada à pesquisa, estudo e monitoramento da programação televisiva e a instituição de uma ouvidoria, que receberia as queixas da sociedade relacionadas com os abusos cometidos pelas emissoras. Como a secretaria já vem demonstrando interesse no assunto, achou melhor suspender a instalação da subcomissão e iniciar a discussão com o Poder Executivo. O senador ga-

úcho teme que o governo e o Senado trabalhem paralelamente, “quando podem unir esforços”.

O presidente da Comissão de Educação, senador Artur da Távola (PSDB-RJ), disse que atualmente “não se sabe qual a instituição



Simon diz que Senado e governo devem unir esforços

ção que deve discutir os problemas relacionados aos meios de comunicação”. Segundo ele, há iniciativas nesse sentido no Ministério das Comunicações, na Secretaria de Direitos Hum-

nos, “o que por si só revela um certo grau de patologia na relação entre as empresas e a sociedade”, e na Comissão de Educação. Para o senador fluminense, o fato de não ter sido cumprida ainda a determinação

constitucional de se criar um Conselho Nacional de Comunicação faz com que os senadores apenas chancelem os pedidos de concessão feitos pelas emissoras.

– Hoje temos a predominância dos interesses das emissoras e não dos receptores da programação, e os senadores estão apenas confirmando as concessões sem qualquer forma de julgamento de cada emissora. Proponho uma nova atitude para que passemos a ser uma instituição julgadora – defendeu Artur da Távola.

Renovações de concessões de rádio recebem parecer favorável

Os projetos de decreto legislativo renovando concessões e permissões de seis emissoras de rádio tiveram pareceres favoráveis da Comissão de Educação (CE) aprovados na reunião de ontem. As proposições seguem agora para a apreciação do plenário do Senado.

Veja a lista das renovações que receberam o aval da CE e os relatores dos respectivos projetos de decreto legislativo na comissão:

– Permissão à Rádio Barriga Verde Ltda., FM, de Florianópolis (SC), relatada pelo senador Esperidião Amin (PPB-SC);

– Permissão à Rádio e Televisão Columbia, Ltda., FM, de Lorena (SP), relatada pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP);

– Permissão à Rádio Difusora Guararapes Ltda., AM, de Guararapes (SP), também relatada por Tuma;

– Concessão à Rádio Cultura de

Taubaté Ltda., AM, de Taubaté (SP), também relatada por Tuma;

– Concessão à Rádio Gaúcha S.A., Ondas Curtas, de Porto Alegre (RS), relatada pela senadora Emilia Fernandes (PDT-RS);

– Permissão à Rádio FM Pampa Bajé Ltda., de Bajé (RS), também relatada por Emilia.

Estiveram presentes à reunião da Comissão de Educação os senadores Artur da Távola (RJ), Jefferson Péres (AM), Beni Veras (CE), Pedro Piva (SP), Sérgio Machado (CE) e Lúcio Alcântara (CE), do PSDB; Pedro Simon (RS), Nabor Júnior (AC), José Fogaça (RS) e Ramez Tebet (MS), do PMDB; Joel de Hollanda (PE), Jonas Pinheiro (MT), Djalma Bessa (BA), Elcio Alvares (ES), Francelino Pereira (MG), Leonel Paiva (DF) e Romero Jucá (RR), do PFL; Leomar Quintanilha (TO) e Levy Dias (MS), do PPB.

CAE aprova empréstimo para SC

Recursos serão contratados junto à União para sanear e capitalizar o Banco do Estado e para transformar em agência de fomento o Banco de Desenvolvimento de Santa Catarina

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) autorizou ontem a concessão de um empréstimo de até R\$ 311,9 milhões da União Federal para o governo de Santa Catarina.

Com exceção dos senadores Roberto Requião (PMDB-PR) e Levy Dias (PPB-MS), os demais senadores que participaram da reunião votaram com o relator, senador José Fogaça (PMDB-RS), favorável à operação de crédito, cujos recursos serão destinados ao saneamento das instituições do sistema financeiro do estado.

A CAE, presidida pelo senador Pedro Piva (PSDB-SP), também aprovou o encaminhamento da matéria em regime de urgência para apreciação do plenário. A operação faz parte do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados. Os recursos

tomados de empréstimo servirão para o saneamento e a capitalização do Banco do Estado de Santa Catarina (Besc) e para a transformação do Banco de Desenvolvimento de Santa Catarina (Badesc) em agência de fomento.

Logo que a matéria começou a ser analisada, o senador Roberto Requião invocou a Resolução nº 78 – que estabelece normas e disciplina a concessão desse tipo de empréstimo – e pediu para que fossem chamados representantes do Banco Central e do governo de Santa Catarina para explicar o contrato.

Pelo Banco Central, falou o chefe do Departamento de Dívida Pública da instituição, Pedro Alvin. Pelo governo catarinense, quem respondeu às indagações dos senadores foi o chefe do Departamento de Planejamento do



A CAE aprovou urgência para a apreciação da matéria em plenário

Badesc, João Alcides.

Requião afirmou que Santa Catarina deveria ter mandado seu secretário da Fazenda ou alguém credenciado. “Da próxima vez, poderemos ter aqui um caixa de banco ou um porteiro para justificar esses pedidos de emprésti-

mos”, ironizou o senador.

– Deveríamos definir o nível da representação enviada para prestar esclarecimentos a esta comissão, até para que haja maior confiabilidade nas informações fornecidas – sugeriu o senador Requião.

União pode assumir dívida de R\$ 677,8 milhões de AL

Com parecer favorável do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), a CAE também aprovou contratos de confissão, assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas de Alagoas, celebrados com a União em junho e novembro de 98, no valor de R\$ 677,8 milhões, como parte do programa de ajuste fiscal dos estados.



Ney Suassuna

e dívida junto a diversas instituições financeiras. Os juros serão de 7,5% ao ano, a serem pagos em 360 prestações mensais.

A comissão discutiu pedido do governo do Paraná, no valor de R\$ 3,8 bilhões, para o saneamento do sistema financeiro do estado. O parecer do relator, senador Gerson Camata (PMDB-ES), é favorável.

O presidente da CAE, senador Pedro Piva (PSDB-SP), concedeu vista, a pedido do senador Roberto Requião (PMDB-PR). Requião fez muitas críticas às solicitações do governo paranaense, devido à situação financeira do Banestado e a irregularidades em precatórios e contratos com empresas. Ele criticou a diretoria do banco do estado e propôs que o Banco Central faça o saneamento da instituição.

Autorizado crédito de R\$ 99,2 milhões para o RN

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ainda parecer do relator, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), favorável à solicitação do governo do Rio Grande do Norte de autorização para contrair um empréstimo de até R\$ 99,2 milhões. Os recursos deverão ser utilizados na conclusão do processo de liquidação extrajudicial a que está submetido o sistema financeiro estadual e na criação de uma agência de fomento.

Integram o sistema financeiro estadual o Banco do Estado do Rio Grande do Norte (Bandern), Banco de Desenvolvimento do Rio Grande



Ramez Tebet

do Norte (BDRN), Bandern Crédito Imobiliário (Bandern CI) e Bandern Crédito Financiamento e Investimentos (Bandern CFI). Todas estas instituições encontram-se em processo de liquidação extrajudicial.

A reunião da CAE foi presidida pelo senador Pedro Piva (PSDB-SP).

Também foi aprovado requerimento para que a matéria siga em regime de urgência para apreciação do plenário. O senador Roberto Requião (PMDB-PR) votou contra o parecer de Tebet, lido na reunião pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR).

Senadores votam na quinta regras para financiar estados

Está marcada para amanhã, às 10 horas, reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para examinar e votar substitutivo do senador Osmar Dias (PSDB-PR) ao projeto de resolução destinado a flexibilizar a Resolução nº 78, que fixou normas mais rígidas para operações de crédito e de antecipação de receitas orçamentárias para estados, municípios e Distrito Federal.

O parecer de Osmar Dias foi lido e discutido pelos senadores da CAE ontem, mas o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) pediu vista da matéria, alegando necessidade de mais tempo para examinar o assunto. O pedido foi aceito pelo presidente da comissão, senador Pedro Piva (PSDB-SP).

Pelo substitutivo, ficam permitidas as operações destinadas a compensar perdas de receitas dos estados decorrentes da aplicação da Lei nº 9.424, que trata do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). As perdas de receita líquida estadual devido à aplicação desta lei neste ano foram de R\$ 800 milhões, segundo Osmar Dias.

O projeto de resolução, de autoria do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), tem por objetivo ressarcir os estados prejudicados por utilizar com o Fundef recursos próprios ainda não repassados pela União. O substitutivo de Osmar Dias cria algumas exceções para as operações financeiras, flexibilizando a Resolução 78 e englobando, em parte, sugestões do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que também fez projeto de resolução nesse sentido.

De acordo com o substitutivo, poderão ser contratadas operações de crédito entre estados e a União para a compensação parcial das perdas de receita



Substitutivo de Osmar Dias suprime teto atual para contratação de empréstimos

devido à aplicação do Fundef, dispensando a exigência da Resolução 78, que obriga o tomador do empréstimo a enquadrar-se nos limites baseados na receita líquida real.

A Resolução 78 fixa em 18% da receita líquida anual o teto máximo para o montante das operações realizadas em um exercício financeiro. Outra exigência dispensada pelo substitutivo é a obrigatoriedade de um teto de 13% da receita líquida real para dispêndio anual máximo com as amortizações, juros e demais encargos de todas as operações de crédito já contratadas e a contratar.

Também a exigência relativa ao saldo total da dívida, que pela Resolução 78 não pode superar o dobro da receita líquida real para os pedidos feitos este ano, foi dispensada pelo relator. O substitutivo permite ainda a contratação de operações de crédito, mesmo que o tomador apresente resultado primário negativo, bem como admite a celebração de operações de crédito nos últimos seis meses de mandato dos governadores. A proposta de Osmar Dias também dispensa os estados da apresentação de certidão dos respectivos tribunais de contas.

Empresários serão ouvidos a respeito de ajuste fiscal

A CAE aprovou requerimento de autoria do senador Roberto Requião (PMDB-PR) no sentido de que vários empresários sejam convidados para discutir a proposta de ajuste fiscal do governo. A data da reunião será ainda definida.

O autor da proposta determinou no seu requerimento que sejam convidados o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Horácio Piva, e alguns membros do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), entre eles Eugênio Emílio Staub, Paulo Francini e Jacks Rabinovich.

O presidente da CAE, senador Pedro Piva (PSDB-SP), sugeriu que o convite fosse estendido a outros empresários, como Antonio Ermírio de Moraes e Jorge Gerdau, para que o debate pudesse ser ampliado. Requião concordou e afirmou que o senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), como presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), também poderia ficar à vontade para trazer outros empresários a fim de participarem do debate.

Ao justificar seu requerimento, Roberto Requião falou da importância em estabelecer um debate com os empresários no momento em que o Congresso está votando o ajuste fiscal e que várias fábricas têm fechado, aumentando o desemprego. Ele observou que a reunião contribuirá para que os senadores possam fazer uma melhor análise da proposta de ajuste do governo federal.

Participaram da reunião da CAE os senadores Francelino Pereira (MG), Bello Parga (MA), Leonel Paiva (DF), Jonas Pinheiro (MT), Romero Jucá (RR), José Agripino (RN), Elcio Alvares (ES), Joel de Hollanda (PE) e Djalma Bessa (BA), do PFL; Fernando Bezerra (RN), José Saad (GO), Carlos Bezerra (MT), Ramez Tebet (MS), José Fogaça (RS), Roberto Requião (PR), Pedro Simon (RS) e Gerson Camata (ES), do PMDB; José Roberto Arruda (DF), Sérgio Machado (CE), Jefferson Pêres (AM), Pedro Piva (SP), Osmar Dias (PR), Beni Veras (CE) e Lúcio Alcântara (CE), do PSDB; Eduardo Suplicy (SP), Lauro Campos (DF) e José Eduardo Dutra (SE), do PT; Levy Dias (MS) e Elói Portela (PI), do PPB.



O convite aos empresários será feito por sugestão do senador Requião

Agressão à primeira-dama é repudiada por Távola

Senador considera episódio “inominável” do ponto de vista da educação e “injusto” do ponto de vista pessoal

A agressão sofrida na segunda-feira pela primeira-dama, Ruth Cardoso, nas dependências da Universidade do Rio de Janeiro (Uni-Rio), deve ser repudiada como inominável, do ponto de vista da educação, e injusta, do ponto de vista pessoal, disse ontem o senador Artur da Távola (PSDB-RJ). Seu pronunciamento, comentou ao final o senador fluminense, foi “frustrado” por vários apartes que ocuparam o tempo disponível, mas ao mesmo tempo “consagrado” por eles.

O episódio ocorrido no Rio de Janeiro é expressivo, na opinião de Távola, “de comportamentos políticos que estão se tornando comuns no país”, manifestos pelo PT “e outros partidos de esquerda conservadora, que têm colocado uma série de reivindicações no limite da insurreição”. Entre outros atos assemelhados, Távola destacou as invasões a ministérios e a outros órgãos públi-

cos, assim como a tentativa de invadir o próprio Congresso.

Esses partidos assumiram “uma posição farisaica” que, conforme o senador, nada tem a ver com a generosidade que historicamente caracterizou as esquerdas. Colocando-se como portadores do bem, “tripulam movimentos de agressão” e, assim fazendo, “estão levando o processo democrático a um de seus limites”.

Em resposta a aparte da senadora Marina Silva (PT-AC), que também repudiou o incidente, mas insistiu que é perigoso atribuí-lo ao PT, Távola explicou não ter apontado a autoria da agressão. Entretanto, reiterou que o PT “ajuda a criar no país um clima de ódio, de moralismo vingador, de postura absolutamente arrogante” e conclamou seu partido, o PSDB, a adotar posições firmes e definidas em relação ao episódio e a outros que a ele se assemelhariam. “O caminho do ódio nos conduziu a



Artur da Távola

situações graves na vida institucional brasileira”, reafirmou.

Távola disse que a música *Se todos fossem iguais a você* expressa bem como considera o comportamento político da senadora. E parafraseou: “Se todos fossem iguais a Marina, que bom seria o PT”.

Senadores condenam incidente na universidade

Os nove senadores que solicitaram apartes ao pronunciamento de Artur da Távola condenaram explicitamente as agressões sofridas por Ruth Cardoso no Rio de Janeiro e registraram sua solidariedade à primeira-dama.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse que Ruth Cardoso “honra o Brasil como primeira-dama, pela cultura, pela vida própria e pela dedicação no combate à fome”, e ressaltou que o incidente – “injustificável” – foi ruim para a Universidade do Rio de Janeiro e para todo o país. “Ruth Cardoso é merecedora de felicitações pela coragem e firmeza demonstradas”, acrescentou.

Dizendo-se contra toda forma de agressão – “só como ato de legítima defesa, e olhe lá, melhor se se puder correr” –, Marina Silva afirmou que Ruth Cardoso é digna de respeito por seu compromisso com questões importantes do país, como os problemas dos índios, das mulheres e da pobreza. A seu ver, ela “é uma primeira-dama adequada, capaz de ir a um palácio da nobreza e a uma tribo indígena”. Assim, acrescentou, “atribuir ao PT uma ação orientada para a agressão, como fez o senador Artur da Távola, é ignorar o respeito

que o partido tem pela primeira-dama e não reconhecer que, como exige o tratamento democrático das diferenças políticas, cabe ser oposição apresentando propostas, o que o PT tem feito”, assegurou Marina.

Jefferson Péres (PSDB-AM) declarou-se chocado com o fato de “o espetáculo degradante” atingindo a esposa do presidente da República ocorrido dentro de uma universidade, “espaço de debate de idéias e de humanismo”. Na sua opinião, se a direção da Uni-Rio e o próprio corpo docente não repudiarem o episódio, “a universidade ficará manchada”.

Também indignado com as agressões, Djalma Falcão (PMDB-AL) pediu a Artur da Távola a mesma generosidade que ele atribuiu às origens das esquer-

das, para “não bater tanto no lombo dessa juventude”. Insistindo no repúdio a atos semelhantes, Falcão disse que é preciso “respeitar o ponto de vista dos estudantes, contra a privatização do ensino público”.

Para Djalma Bessa (PFL-BA), Ruth Cardoso “não saiu nada mal do episódio. Ela se houve com a maior dignidade”, avaliou. Afirmando que a manifestação de Távola foi “justa e correta”, Bessa salientou que o trabalho desen-

volvido pela primeira-dama “é um modelo para outros países”.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ratificou a posição de Marina Silva, frisando: “O PT tem o maior respeito por dona Ruth”. Manifestou também sua certeza de que, se o presidente da República ouvisse um pouco mais sua esposa, “provavelmente estaríamos numa situação muito melhor, pois nem sempre o presidente tem tomado as decisões mais sábias”. O senador por São Paulo também classificou as acusações contra o PT como “um exagero”. A seu ver, o sentimento dos estudantes e da população em relação ao que está acontecendo com o país “decorre de problemas concretos”.

Contrariamente a Suplicy, o líder do governo, Elcio Alves (PFL-ES), rejeitou qualquer atribuição do incidente aos estudantes e à sociedade brasileira de modo geral. “Alguns poucos não podem falar em nome de todos”, afirmou, registrando sua solidariedade pessoal a Ruth Cardoso.

Roberto Freire (PPS-PE) considerou que, mais que solidarizar-se com a primeira-dama, Távola trouxe à baila uma reflexão que deve ser feita por todas as esquerdas: “Há setores que pensam fazer oposição ao governo como se ainda estivéssemos na ditadura”. Sérgio Machado (PSDB-CE) observou que o incidente “não fez bem à democracia”, demonstrando intolerância em relação a uma pessoa acostumada ao diálogo.

ACM diz que Senado deu total apoio a Ruth Cardoso

Na presidência da Mesa, o senador Antonio Carlos Magalhães assegurou que Artur da Távola e os senadores que o apartaram “interpretaram a posição do Senado no incidente desagradável ocorrido no Rio de Janeiro”. Com o pronunciamento e os apartes, o Senado deu “apoio total e irrestrito à primeira-dama do país e do povo brasileiro”, afirmou.

O sistema democrático que queremos que prevaleça no Brasil, acrescentou o presidente do Senado, não comporta atitudes como a de agredir, desnecessariamente, a esposa do

presidente da República, “mais que isso, uma pessoa de gestos largos e abertos, que, inclusive, tem posições próprias, tomadas em várias oportunidades, que está servindo ao país com o programa Comunidade Solidária e fortalecendo as universidades e o ensino público brasileiro”.

Antonio Carlos Magalhães também disse que as agressões dirigidas a Ruth Cardoso só a engrandeceram, pelo procedimento por ela adotado, de não permitir qualquer reação por parte dos que lá estavam para lhe garantir a segurança.

D. Evaristo celebrará missa de encerramento do ano legislativo

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, anunciou ontem que a sessão ordinária do próximo dia 10, às 10 horas, será dedicada ao aniversário de 50 anos da Declaração dos Direitos Humanos.

A homenagem contará com a presença do cardeal d. Evaristo Arns, arcebispo emérito de São Paulo, que, em seguida, celebrará missa de encerramento da sessão legislativa de 1998.



Senador Antonio Carlos Magalhães anunciou presença de d. Evaristo

Odacir apóia projeto que fortalece fiscalização

A proposta do Poder Executivo que transforma os cargos de engenheiros agrônomos, químicos, farmacêuticos e zootecnistas do Ministério da Agricultura em fiscais de Defesa Agropecuária recebeu o apoio do senador Odacir Soares (PTB-RO), que pediu urgência na sua aprovação pela Casa. A matéria propõe mudança de dispositivos na Lei 9.620, de abril de 98, que não contemplou essas categorias, abrindo espaço para o surgimento de problemas na aplicação da tarefa de fiscalização dos produtos nacionais de origem agropecuária.

– O lapso, se não corrigido em tempo oportuno, prejudicará as atividades conduzidas por esses profissionais junto aos produtores rurais, aos exportadores, aos importadores e aos empresários agroindustriais –

disse Odacir Soares.

Segundo o senador, a entrada de produtos brasileiros em mercados externos depende de rigorosos procedimentos de controle de qualidade, “o que é tarefa específica dos fiscais agropecuários do Ministério da Agricultura”. Ele destaca também a importância da fiscalização agropecuária em relação à segurança alimentar da população do país.

– Vale ressaltar que o volume das exportações de produtos agropecuários, em 1997, rendeu ao Tesouro Nacional US\$ 20,3 bilhões. O setor é o único no Brasil a ter saldo líquido na balança comercial – esclareceu Odacir Soares.

A aprovação da proposta beneficiará, logo de início, cerca de 1.900 técnicos do Ministério da Agricultura, informou o senador.



Odacir Soares informou que a aprovação da proposta beneficiará 1.900 técnicos

Marina teme que cortes prejudiquem projetos geradores de empregos



PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

7h - *Saúde Todo Dia* - O programa trata da importância da atividade física para a saúde. Atividade: Hidroginástica
7h30 - *Especial Unip* - Programa produzido pela Universidade Paulista; o médico Dráuzio Varella entrevista Alois Bianchi. Assunto: Pediatria - 1ª parte
7h55 - *Senado em Pauta*
8h - *Saúde Todo Dia* - Body Pump
8h30 - *Jornal do Senado*
8h55 - *Senado em Pauta*
9h - *Cores do Brasil* - Uma viagem pelo país mostrando todo o seu potencial cultural. Em destaque, o Folclore Goiano
9h30 - *Entrevista* - O presidente do Inbra, Milton Seligman, fala sobre reforma agrária
9h55 - *Senado em Pauta*
10h - *Sessão Plenária* (ao vivo)
12h30 - *Entrevista* - O presidente do Inbra, Milton Seligman, fala sobre reforma agrária
12h55 - *Senado em Pauta*
13h - *Cores do Brasil* - a Serra dos Órgãos
13h30 - *Agenda Econômica* - O professor de Economia da UnB, Joaquin Teixeria, fala sobre a questão do crescimento econômico brasileiro no cenário mundial
14h30 - *Sessão do Congresso* (ao vivo)
18h30 - *Cores do Brasil* - a Bahia
19h - *Palestra* - Qualidade de Vida
20h - *Cores do Brasil* - o Espírito Santo
20h30 - *Entrevista* - O presidente do Inbra, Milton Seligman, fala sobre reforma agrária
21h - *Jornal do Senado*
21h15 - *Agenda Econômica* - O professor de Eco-

nomia da UnB, Joaquin Teixeria, fala sobre a questão do crescimento econômico brasileiro no cenário mundial
21h55 - *Senado em Pauta*
22h - *Sessão Plenária* (representação)

Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala Cidadão".

RÁDIO SENADO

HOJE

8h - Agenda Senado
Em seguida - Música e informação
10h - Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
Em seguida - Música e informação
14h30 - Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida - Música e informação
19h - "A Voz do Brasil"
Em seguida - Música e informação
20h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Nordeste"
Em seguida - Música e informação
21h - "Senado em Linha Direta - Edição Norte/Centro-Oeste"
Em seguida - Música e informação
21h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Sul/Sudeste"
Em seguida - Música e informação

Marina critica cortes de recursos na área ambiental

Reduções de verbas afetarão, segundo cálculos da senadora acreana, cerca de 65% de todo o orçamento para o setor

Os cortes orçamentários que atingirão o Ministério do Meio Ambiente preocupam a senadora Marina Silva (PT-AC). Ela criticou, durante a sessão de ontem, a última proposta orçamentária enviada ao Congresso que prevê "um dos cortes mais radicais nos recursos que a área ambiental tem merecido neste e em outros governos".

Como exemplo, Marina cita contenções entre 48% e 100% em programas do ministério que acarretariam, segundo ela, redução total de cerca de 65% nos gastos ambientais. "O resultado destes cortes já se pode prever: será um golpe de morte em nossa já enfraquecida política ambiental", avaliou.

Marina Silva criticou também a previsão de transferência da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente para o âmbito da Agricultura

ou Infra-Estrutura. "Além dos cortes no orçamento, o ministério deverá perder seu filhote melhor aquinhoado na distribuição de recursos da pasta ambiental." Para a senadora acreana, as medidas indicam que o governo trata a questão ambiental de forma secundária.

Os cortes trarão, no entender de Marina, reflexos negativos nos índices de desemprego. "Serão prejudicados apoios a empreendimentos sustentáveis de comunidades em todo o país, que geram renda e ocupação." Ela afirmou que, justamente nos momentos de crise, o governo deveria se preocupar em garantir recursos para áreas sociais, como forma de fazer frente aos efeitos da situação econômica.

Justamente por considerar o momento gravíssimo é que o Orçamento de 1999 deveria garantir as devidas com-

pensações sociais necessárias para evitar que os mais pobres passem à condição de excluídos e os trabalhadores a de desempregados. E, ao contrário, o que se vê são mais cortes - lamentou, citando as áreas de saneamento, agricultura, reforma agrária e educação, que também sofrerão restrição de recursos.

Em aparte, o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) afirmou que os cortes não se limitam à área ambiental. De acordo com o senador baiano, serão atingidas todas as regiões e programas do país. Para ele, o mais lamentável é que os cortes indiscriminados indicam a falta de planejamento do governo.

Não há prioridade, e sempre que ocorre qualquer dificuldade o governo poda o Orçamento como lhe é mais favorável, sem levar em conta os interesses do país - disse Josaphat Marinho.

Senadora mexicana elogia programação da TV Senado

A presidenta da Comissão de Rádio, Televisão e Cinema do Senado do México, senadora Beatriz Paredes, visitou as instalações da TV Senado, acompanhada do adido de Imprensa da embaixada do México, José Basulto, e de sua assessora parlamentar. A senadora está incumbida de implantar o canal da TV Senado do México e veio conhecer o modelo brasileiro. Ela conversou durante uma hora com a diretora da Coordenação da TV Senado, Marilena Chiarelli, que lhe deu todas as informações disponíveis, desde o momento da

decisão da criação da TV, em 1995, pelo então presidente do Senado José Sarney, até o momento atual.

A senadora demonstrou muito interesse pela grade de programação, a qual elogiou, pois disse que essa é a grande dificuldade que ela encontra no processo de implantação. A parlamentar mexicana pediu cópia da lei brasileira de cabodifusão e levou vários documentos e material de procedimentos da TV Senado, que, segundo ela, vão servir de modelo para a TV Legislativa do México.

Cabral destaca atuação de Villas-Boas Corrêa

"No exercício de 50 anos de jornalismo, Villas-Boas Corrêa sempre se destacou pela imparcialidade de opinião, sem perder a paixão pela palavra", afirmou ontem o senador Bernardo Cabral (PFL-AM), ao homenagear o jornalista que completa 75 anos de idade hoje, mantendo intensa atividade na imprensa escrita e televisiva.

Cabral disse que Villas-Boas é um dos casos mais felizes de livre trânsito entre veículos diversos de comunicação. "Oriundo de uma geração de jornalistas tarimbados no texto escrito de jornal, o nosso homenageado operou com destreza a transição para a televisão, quebrando tabus e definindo novo território de atuação para os jornalistas políticos", enfatizou.

"É a ele que recorremos", continuou Cabral, "para uma análise menos alarmista e mais ponderada do quadro atual de nossas instituições democráticas. Menos catastrófico, sugere cautela nas avaliações e bom senso nas decisões. Sua coluna no *Jornal do Brasil* tornou-se fonte obrigatória de consultas. Sua participação no *Jornal da Manhã* fugiu à massificação da televisão, firmando-se na interpretação da *realpolitik* brasileira".

Em aparte, o senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) aplaudiu as qualidades éticas e morais de Villas-Boas Corrêa. Para Benedita da Silva (PT-RJ), sua melhor característica é a isenção total, nunca se posicionando contra ou a favor de pessoas ou acontecimentos.



Cabral acredita que Villas-Boas é exemplo de imparcialidade



Suplicy foi autor do voto de pesar à família do professor paulista

Senado aprova homenagem a Tragtemberg

O Senado aprovou voto de pesar pelo falecimento do professor Maurício Tragtemberg, falecido no último dia 17 de novembro, a ser inserido na ata da sessão de ontem e transmitido a sua viúva, Beatriz, e a seus filhos, que moram em São Paulo. Intelectual, jornalista e formador de opinião de tantos jovens, Tragtemberg era autor de reflexões inovadoras no campo das Ciências Humanas, segundo destacou o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), autor do requerimento de pesar.

Suplicy lembrou as quatro décadas de atividades de magistério de Tragtemberg que moldaram gerações de educadores e pesquisadores.

Na USP, PUC de São Paulo, Unicamp e Fundação Getúlio Vargas, ele influenciou jovens que queriam ser empresários a ter relações mais justas com os trabalhadores, ampliando, assim, seus horizontes e transformando a consciência desses estudantes - ressaltou o senador.



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
 - Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DR0 ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F
- Informações técnicas:
 - Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
 - Satélite: Brasilsat B2
 - Polarização: Vertical (RX)
 - Modo: Joint-Stereo
 - Taxa: 128 Kbps-BPSK
 - Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

Alcântara diz que censo desmistifica reforma agrária

Com base em pesquisa realizada em projetos do Incra, senador afirma que assentado é vinculado à agricultura e não abandona a terra que ganha, porque percebe a melhoria em suas condições de vida

O I Censo da Reforma Agrária do Brasil permitirá que, de agora em diante, os debates sobre a reforma agrária sejam fundamentados em dados concretos, deixando para trás muitos mitos gerados pela ausência de informações. Esta afirmação foi feita pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), ao divulgar os resultados do trabalho realizado por 29 universidades nos 1.460 projetos de assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (In-cra).

O censo, afirmou o senador, demonstra que o assentado não abandona seu pedaço de terra, já que houve uma melhora em suas condições de vida, e derruba dois mitos construídos por opositores da reforma agrária. Um



Alcântara aplaude programa voltado à alfabetização no campo

deles é que a distribuição de lotes contempla grande número de pessoas sem vinculação com a agricultura. Toman-

ALGUNS NÚMEROS DA PESQUISA

- 29 universidades pesquisaram 1.460 projetos de assentamentos do Incra
- 91,94% dos assentados têm origem no meio rural
- 30% dos assentados são analfabetos

do como base dados do estado de São Paulo, ficou comprovado pelo trabalho que 91,94% dos assentados têm origem no meio rural. Outro mito, segundo o qual a reforma agrária em São Paulo estaria incentivando a migração de outros estados, também foi derrubado. Dados da pesquisa dão conta de que, no universo das pessoas já assentadas, 91,26% procedem de municípios paulistas, informou o senador.

Alcântara demonstrou preocupação com os números sobre o nível escolar dos beneficiários. "Do total, perto de 30% são analfabetos. No meu estado, o Ceará, essa porcentagem beira os 50%", lamentou o senador. Ele acrescenta que esses dados sobre educação chamaram também a atenção do ministro extraordinário de Política Fundiária, Raul Jungmann, que lançou em junho o Programa Nacional de Educação na Refor-

ma Agrária (Pronera). O programa já conta com mais de 20 projetos, apresentados por instituições de ensino superior, voltados para a alfabetização de mais de 60 mil trabalhadores rurais jovens e adultos.

– Nesse ponto, quero dirigir um voto de aplauso às nossas universidades federais, que já tinham realizado, com denodado empenho e em tempo recorde, o I Censo da Reforma Agrária do Brasil e se voltam agora para tornar realidade as metas do Pronera. Mergulhadas em dificuldades de variada ordem, as universidades aceitam mais esse desafio – elogiou o senador.

Lúcio Alcântara destacou estimativa do ministro Raul Jungmann de que sejam assentadas nos quatro anos do governo Fernando Henrique cerca de 300 mil famílias, marca que estará superando a meta do presidente, fixada em 280 mil famílias.

Mauro Miranda registra 80º aniversário da Romênia



Mauro Miranda lembrou as afinidades históricas que unem Romênia e Brasil

Os oitenta anos da Romênia, comemorados nesta terça-feira (dia 1º) e registrados pelo presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Romênia, senador Mauro Miranda (PMDB-GO), são motivo para que o Brasil reitere as diversas motivações – econômicas, históricas, afetivas e sentimentais – que o unem àquele país.

O senador informou que a Romênia é o mercado interno mais forte de todo o Leste europeu e, com seus 23 milhões de habitantes, US\$ 24 bilhões de PIB e acesso a mais de 200 milhões de consumidores, "alcança posição privilegiada como referência para outros povos e para o Brasil".

Mauro Miranda salientou a maneira como Darcy Ribeiro soube reconhecer muito bem as afinidades históricas que ligam o Brasil à Romênia, afinidades que remontam "ao tronco comum da latinidade" e perceptíveis na Semana de Arte Moderna de 1922.

Mais recentemente, o senador referiu-se à XIII Reunião da Comissão Mista Brasil-Romênia, realizada na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), em que as delegações discutiram as reformas econômicas por que passam ambos os países e quais as perspectivas de cooperação abertas pela legislação sobre investimentos e comércio exterior.



Os membros do grupo parlamentar com o senador Antonio Carlos

Benedita: impedir CPI das Teles é atentar contra a Constituição

"Uma manobra política que atenta contra a Constituição." Assim a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) classificou a posição daqueles que consideram que a criação de uma CPI para investigar a privatização das empresas de telecomunicações iria desviar a atenção dos temas relevantes a serem tratados pelo Parlamento. A senadora lembrou que é a Constituição que confere ao Legislativo a prerrogativa de fiscalizar os atos do governo.

Benedita da Silva afirmou que o episódio do "grampo" telefônico implica dois ilícitos distintos, sendo um deles a quebra do sigilo das comunicações telefônicas, e outro "o comportamento de alguns homens do go-

verno, ao tentar favorecer este ou aquele grupo na base do tráfico de informações". Para a senadora, esse comportamento feriu o Decreto 2.546, de 14 de abril de 1998, segundo o qual "o processo de desestatização obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade e moralidade".

– No momento em que um processo licitatório é manipulado por meio de informações que favorecem alguns compradores, quebra-se o princípio da impessoalidade, caracterizando-se crime de improbidade administrativa – afirmou Benedita.

Segundo a senadora, os pedidos de demissão das autoridades não bastam para que tudo se resolva.



Benedita alerta que pedido de demissão das autoridades não resolve

Presidente do Senado recebe Grupo Parlamentar Brasil-Romênia

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem senadores e deputados que integram o Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Romênia. Os parlamentares, juntamente com o embaixador romeno no Brasil, Ioan Bar, pediram a audiência para celebrar a data nacional do país, que ontem comemorou os 80 anos da unificação das quatro províncias que deram origem à Romênia como Estado unitário.

O embaixador Bar aproveitou a oportunidade para entregar medalhas comemorativas dos 80 anos da unificação do país ao senador Antonio Carlos e a diversos membros do grupo parlamentar, bem como uma medalha em

homenagem *post mortem* ao deputado Luís Eduardo Magalhães.

Ao saudar a data nacional romena, o presidente do Senado e do Congresso manifestou sua confiança no estreitamento das relações políticas, econômicas e culturais entre os dois países. O embaixador Ioan Bar lembrou convite já feito pelo Parlamento romeno, no sentido da organização de uma visita de parlamentares brasileiros àquele país.

Presidido pelo senador Mauro Miranda (PMDB-GO), o Grupo Parlamentar Brasil-Romênia conta ainda com a participação dos senadores Iris Rezende (PMDB-GO) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), além de diversos deputados.

Senado apreciou 383 matérias neste ano

Limites de gastos das câmaras municipais, normas que garantem maior transparência das contas públicas e novos prazos para prescrição de ações trabalhistas no campo foram algumas das 33 propostas aprovadas no mês de novembro

A proposta de emenda constitucional estabelecendo limites aos gastos das câmaras municipais, votada em dois turnos e enviada à apreciação da Câmara, é uma das 33 matérias aprovadas pelo Senado nas 19 sessões realizadas no mês de novembro. O plenário já apreciou 383 matérias e realizou 157 sessões durante o ano de 1998.

Na semana que passou, foi aprovado o projeto obrigando a divulgação das contas públicas, via Internet, sob a responsabilidade do Tribunal de Contas da União, de forma a aumentar a transparência dos atos administrativos da União, estados e municípios. Também foi votada, em primeiro turno, proposta de emenda à Constituição instituindo o prazo de cinco anos para a prescri-

ção das ações trabalhistas no campo.

Ainda no mês de novembro, o Senado aprovou projeto estendendo ao funcionário aposentado permissão para comprar ações de estatal em processo de privatização. Foram autorizadas 13 operações de crédito e nove concessões de funcionamento de emissoras de radiodifusão.

PROJETOS

Dentre os 177 projetos aprovados pelo Senado e enviados à promulgação, neste ano, constam 91 autorizações de operações de crédito, 58 concessões de telecomunicações, 25 acordos internacionais, dois recursos sobre assuntos administrativos e a escolha de membro do TCU.

Outro momento importante do ple-



Em 157 sessões realizadas durante o ano de 1998, o Senado adotou decisões importantes para o país

Matérias aprovadas em novembro

(de 1º a 30 de novembro)

Projetos aprovados e enviados à sanção	4
Projetos aprovados e enviados à promulgação	23
Emenda constitucional enviada à Câmara	1
Projetos aprovados e enviados à Câmara	3
Escolha de chefes de missões diplomáticas	2
Total de matérias aprovadas	33
Propostas enviadas ao arquivo	5
Total de matérias apreciadas	38

Matérias apreciadas neste ano

Projetos aprovados e enviados à sanção	54
Projetos aprovados e enviados à promulgação	177
Projetos aprovados e enviados à Câmara	35
Escolha de chefes de missões diplomáticas	25
Escolha de autoridades	18
Emendas à Constituição enviadas à promulgação	2
Emendas à Constituição enviadas à Câmara	4
Total de matérias aprovadas	315
Propostas enviadas ao Arquivo	68
Total de matérias apreciadas	383

"Agenda Econômica" aborda crescimento

Analisar o desenvolvimento econômico brasileiro dentro do contexto mundial - esta é a tarefa desempenhada pelo professor de economia da Universidade de Brasília, Joãnilio Teixeira, em entrevista ao programa *Agenda Econômica*, que vai ao ar hoje, às 13h30 e às 12h15, na TV Senado.

Levando em conta os conceitos dos pensadores contemporâneos, Joãnilio faz uma

retrospectiva histórica do capitalismo e relata o ressurgimento do liberalismo. Explica a questão do estado mínimo, comenta o papel do Fundo Monetário Internacional e questiona suas diretrizes a nações com desigualdades históricas. O professor de economia da UnB também prevê, na entrevista, um novo paradigma de pensamento econômico, já que, segundo ele, o neoliberalismo está em cheque.

nário em novembro foi a realização de sessão para ouvir esclarecimentos do então ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros. O ministro da Saúde, José Serra, também compareceu ao Congresso neste mês, atendendo a solicitação da Comissão de Assuntos Sociais do Senado, para falar

sobre o aumento da CPME.

Comprovando a intensa atividade desenvolvida pelas comissões técnicas neste ano, os números mostram que, dos 35 projetos aprovados e enviados à Câmara, 18 foram apreciados em plenário, e 17 nas comissões, em decisão terminativa.

Duas propostas de emenda constitucional aprovadas pelo Senado em 1998 já foram promulgadas: a da reforma administrativa e a que alterou o regime jurídico dos militares. Outras quatro propostas, votadas pelos senadores neste ano, ainda dependem da apreciação da Câmara dos Deputados.

PREVISÃO

CCJ discute impenhorabilidade do imóvel residencial dos solteiros

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), reúne-se hoje com uma extensa pauta de matérias. Entre as propostas que podem ser apreciadas pela comissão, inclui-se projeto do senador Júlio Campos (PFL-MT) que estende a pessoas solteiras, viúvas, separadas ou divorciadas o benefício da impenhorabilidade do bem de família.

A impossibilidade de que o único imóvel residencial das famílias seja objeto de penhor é regulamentada pela Lei nº 8.009, de 29 de março de

1990. A referida lei determina que o imóvel residencial não responde por dívida de qualquer natureza, seja civil, comercial, fiscal ou previdenciária. O relator do projeto é o senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES), que concluiu pela aprovação.

A pauta da CCJ contém, ainda, proposta de alteração do Código Civil, que visa a inclusão da assistência afetiva como um dever dos pais para com os filhos. A proposta também é de autoria do senador Júlio Campos e obteve parecer favorável do senador Esperidião Amin (PPB-SC).

Projeto da senadora Benedita da Silva (PT-RJ) proibindo o uso da expressão "boa aparência" nos anúncios de recrutamento e seleção de pessoal também poderá ser apreciado pelos senadores que compõem a CCJ. O senador Esperidião Amin relatou a matéria e apresentou parecer favorável, com emendas.

Na pauta consta também projeto que dispõe sobre o ressarcimento ao Estado de despesas com manutenção de presos e condenados. O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) é o autor da matéria, que tem parecer favorável de Esperidião Amin.

CAS analisa projeto e autoriza servidor a sacar FGTS na mudança de regime

Uma pauta de 12 itens será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, que se reúne hoje, às 10h, sob a presidência do senador Ademir Andrade (PSB-PA). Entre as matérias a serem examinadas está o projeto do senador Francelino Pereira (PFL-MG) que autoriza a movimentação das contas individualizadas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) pelos servidores públicos, quando houver mudança de regime

jurídico. A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) é a relatora da proposta e oferece parecer pela sua aprovação. A matéria tramita terminativamente.

Outra proposta terminativa a ser apreciada pela CAS é a que cria comissões intersindicais de conciliação, de autoria do senador Arlindo Porto (PTB-MG). O relator, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), deu parecer pela aprovação do projeto, na forma de substitutivo que apresenta.

A CAS aprecia ainda dois projetos, também em caráter terminativo. O que dispõe sobre a responsabilidade da empresa na promoção de saúde de seus empregados e o que institui o Conselho Federal do Secretariado e cria a fiscalização do exercício profissional.

As duas matérias são relatadas, respectivamente, pelos senadores Carlos Bezerra (PMDB-MT) e Romero Jucá (PFL-RR).

Freire condena, em carta aberta a FHC, idéia de reduzir pensões

Senador apóia, no mesmo documento, o fim da isenção a entidades filantrópicas, que considera “um dos maiores abusos praticados neste país”

O senador Roberto Freire (PPS-PE) leu ontem, em plenário, carta aberta ao presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na qual protesta contra a redução de 30% nas pensões pagas pelo INSS e no auxílio-doença. Na mesma carta, o senador aprova o fim da isenção previdenciária para entidades filantrópicas que, segundo jornais citados por ele, tem enfrentado pressões da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), igrejas e donos de escolas e hospitais.

Roberto Freire afirmou que os jornais de ontem noticiaram que os dois temas previdenciários fariam parte de uma medida provisória (MP) a ser enviada brevemente ao Congresso Nacional. Para ele, essa medida teria uma contradição: ao mesmo tempo em que daria fim à isenção sobre a contribuição patronal do INSS concedida a entidades filantrópicas – que o senador considera “um dos maiores abusos praticados neste país” –, mostraria uma “total e obtusa insensibilidade” ao cortar a chamada “pensão das viúvas” dos inativos do INSS. A maioria dessas pensões, enfatizou, é menor que dois salários mínimos.

– Espanta-nos no noticiário, além da contradição a que nos referimos, o comportamento do governo. Dá sinais visíveis de um possível recuo em função das pres-



Roberto Freire leu em plenário a carta que enviou ao presidente da República

sões dos grupos econômicos e religiosos – afirmou o senador. Segundo ele, em um governo democrático, o recuo, se houvesse, deveria se dar “em relação à flagrante injustiça social representada pelo corte das pensões”.

Freire afirmou que o governo pouco fez no que diz respeito ao conteúdo fundamental da reforma, que seria a criação de uma previdência social única e de uma previdência complementar de capitalização. Para ele, “o Palácio do Planalto rendeu-se à sua base de sustentação política, majoritariamente vinculada aos setores de elite integrados ao Estado brasileiro, e portan-

to avessa a qualquer mudança substancial”. O senador teceu críticas até mesmo em relação à oposição que, para ele, tem interesses difusos e ainda está presa, parcialmente, ao viés do corporativismo.

Na falta de mudança mais profunda na Previdência, sustenta o senador, tentou-se apenas “extinguir pequenos abusos e privilégios existentes”, recorrendo-se a “uma mentalidade burocrática e distanciada da realidade”. Isso, acrescentou, possibilitou “absurdos como o corte de garantias mínimas da já precária seguridade social brasileira”, cujo exemplo é a redução das pensões das viúvas do INSS.

Roberto Freire disse não acreditar que o presidente sequer imagine ser possível resolver os graves problemas da Previdência Social brasileira com o aumento de alíquotas, a contribuição complementar de inativos, o corte no auxílio-doença ou a redução das pensões das viúvas. Resaltou que dizia isso com toda a honestidade e com todo o respeito que tem por Fernando Henrique Cardoso.

– Ao contrário, além da mudança estrutural, quero crer que Vossa Excelência reconhece que avançáramos para uma discussão mais séria sobre o assunto se houvesse firmeza no combate à sonegação e às inconcebíveis renúncias de contribuições e encargos – afirmou.

Alcântara prega política de combate à desertificação

Uma política nacional de combate à desertificação é necessária para o desenvolvimento sustentável das regiões a ela sujeitas, defendeu o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Segundo o senador, “é preciso formular propostas sérias e exequíveis para a gestão ambiental e o uso dos recursos naturais existentes na caatinga e áreas de transição, sem comprometé-los a longo prazo; formular propostas de curto, médio e longo prazo para a prevenção e recuperação das áreas já afetadas pela desertificação; e proteger os outros ecossistemas que interagem com o semi-árido, evitando sua degradação por contágio”.

Alcântara informou que essas e outras medidas estão preconizadas em documento do Ministério do Meio Ambiente, mas frisou que só serão eficazes se houver articulação entre as diversas esferas de governo e as organizações sociais. Citou alguns instrumentos já disponíveis, ou em elaboração, para o combate à desertificação, como o Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional, a cargo da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, e disse que as leis necessárias à institucionalização da política de combate à desertificação estão sendo preparadas e deverão chegar em breve ao Congresso.

Para o senador, a aplicação urgente dessas medidas é necessária para impedir o crescimento da miséria, sua perpetuação e seu alastramento para as regiões circunvizinhas. Alcântara explicou que a desertificação é definida pela ONU, através da Agenda 21, documento aprovado na Conferência do Rio de Janeiro, em 1992,



Lúcio Alcântara

como “degradação da terra nas regiões áridas, semi-áridas e subúmidas, resultante de vários fatores, entre eles as variações climáticas e as atividades humanas”.

O senador ressaltou que a conservação dos recursos naturais é necessária para preservar os meios de subsistência da humanidade.

“Ou encaramos que os recursos naturais, mesmo os renováveis, são finitos, pois passíveis de degradação, ou enfrentaremos a escassez apocalíptica prenunciada nos filmes futuristas”, previu.

O processo de desertificação, informou o senador, foi identificado pelos cientistas nos anos 30, quando violenta degradação do solo nos estados de Oklahoma, Kansas, Novo México e Colorado, nos EUA, afetou área em torno de 380 mil km². A partir de então, estudos procuraram identificar os mecanismos de tal deterioração. No Brasil, o fenômeno já atinge uma área de mais de 980 mil km².

Para exemplificar a gravidade da situação, Alcântara disse que já é possível encontrar no Nordeste extensas áreas atingidas de forma profunda pela degradação. Quatro dessas áreas já se caracterizam com os chamados núcleos de desertificação, segundo dados do Ministério do Meio Ambiente. São as localidades de Gilbués, no Piauí, Irauçuba, no Ceará, Seridó, no Rio Grande do Norte, e Cabrobó, em Pernambuco, perfazendo uma extensão de 19 mil km², ou seja, equivalente 90% de um estado como o Sergipe. “Na região atingida ou potencialmente susceptível à desertificação habitam cerca de 18 milhões de brasileiros, correspondendo a 42% da população nordestina”.

Amin registra artigo de Passarinho sobre “grampo”

Para constar dos Anais da Casa, o senador Esperidião Amin (PPB-SC) registrou artigo do ex-senador Jarbas Passarinho, intitulado “A Calúnia e os Inescrupulosos”, a respeito do “grampo” que envolveu o presidente Fernando Henrique Cardoso e ministros do seu governo. Citando clássicos da literatura, Passarinho, que é presidente da Fundação Milton Campos e foi também ministro e governador, ensina que “o quadro atual está a recomendar aos ofendidos na honra o desmascaramento dos acusadores”. E lembrou dito popular segundo o qual “a calúnia é como o fogo; quando não queima, tísna”.

No artigo, publicado no *Correio Brasileiro*, o ex-senador diz que a prova definitiva da calúnia seria a certidão de que a empresa CH, J&T não pertence ao governador Mário Covas, ao presidente e ao ministro José Serra. “Isso não será obtido, porque esbarra na legislação das Ilhas Cayman, semelhante à da Suíça quanto ao sigilo bancário. Ninguém provará que pertence, mas ninguém provará que não pertence. Nisso reside a facilidade de que se



Amin fez constar nos Anais a posição do ex-senador e ex-ministro

servem os caluniadores,” completa.

Elogiando a postura, no caso, de Ciro Gomes e de Lula, “que teve a cautela de mandar examinar os tais documentos por um advogado”, o ex-senador pede ao presidente do seu partido (PPB), o ex-governador Paulo Maluf, que não deixe a menor dúvida ética de sua “conduta nesse triste episódio que o envolve e até a familiares”.

Projeto de Campos propõe solução para lixo

O senador Júlio Campos (PFL-MT) protestou contra o descaso com o lixo não-biodegradável formado por embalagens, recipientes e vasilhames utilizados no acondicionamento de bebidas e alimentos. Alertou que o grande volume dessas embalagens vai agravar, por décadas, os problemas ambientais causados pelo lixo doméstico. “No melhor dos casos, pelas soluções convencionais e tradicionais, os grandes volumes acumulados de embalagens, recipientes e vasilhames vão engrossar os enormes aterros sanitários que se estendem nas vizinhanças das cidades. No pior dos casos, vão poluir diretamente cursos d’água”, explicou o senador.

Júlio Campos disse que nas comunidades pequenas, sem coleta regular de lixo, o lançamento desordenado desse tipo de resíduo é uma agressão ambiental evidente, ocupando áreas que poderiam estar sendo dedicadas ao uso agrícola ou urbano, ou manter-se como patrimônio paisagístico.

– O mais aflitivo nessa questão é que bastaria um esforço relativamente modesto, de parte do poder público e da sociedade, para que se obtivesse um grande alívio do problema. O primeiro passo é introduzir a coleta seletiva



Júlio Campos alerta para os problemas causados pelo lixo não-biodegradável

de lixo e usinas para seu tratamento, como já se faz em algumas cidades do Brasil. Mas isso não basta. É preciso também reduzir os volumes que chegam às usinas e aos aterros, pois eles significam um alto custo para a sociedade – o custo, pago por todos, da agressão ambiental – protestou.

Para Campos, o mais justo seria fazer os custos sociais recaírem sobre os produtores e os consumidores dos produtos que geram esse lixo, através de um sistema de incentivos que distribuisse corretamente o ônus social. O senador já apresentou o Projeto de

Lei nº 218/96, que obriga as indústrias produtoras e os importadores de bebidas e alimentos a recomprar os vasilhames não-biodegradáveis que acondicionam os produtos por eles vendidos. O valor de recompra, segundo o projeto, deverá estar gravado na própria embalagem, e as indústrias produtoras ou os importadores serão responsáveis pelo reaproveitamento, reciclagem ou destruição dos vasilhames recolhidos. Atacadistas e varejistas poderiam atuar como intermediários na recompra dos recipientes.

Júlio Campos também lembrou a responsabilidade do poder público no esforço de reaproveitamento das embalagens, que poderia ser feito através de incentivos fiscais aos produtores que se engajarem no sistema de reciclagem. Disse, ainda, que o depósito reembolsável de embalagens é praticado em vários países com excelentes resultados e que espera receber contribuições ao seu projeto de lei, no sentido de melhorá-lo. “Assim, criará-se uma perspectiva benéfica ao bem-estar nacional: a de vermos livres das montanhas poluentes de embalagens descartadas no lixo doméstico”, concluiu.

NEGOCIAÇÕES COM O FMI



Suplicy cobrou a exposição de motivos que seria enviada pelo governo

Para Suplicy, autorização prévia é indispensável

Depois de registrar que está prevista para hoje a assinatura do instrumento a ser pactuado entre o governo brasileiro e o FMI para garantir apoio externo ao ajuste de nossa economia, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) questionou ontem, em plenário, por que até agora o Senado não recebeu uma exposição de motivos sobre o assunto. Em sua opinião, "a autorização prévia do Senado é formalidade indispensável à existência ou seriedade do ato".

"Até o presente momento não se tem notícia do envio a esta Casa daquela exposição de motivos", afirmou o parlamentar, depois de lembrar que, na sessão de 26 de novembro passado, ao decidir questão de ordem por ele proposta, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, definiu procedimento a ser observado quanto ao acordo a ser firmado entre o Brasil e o FMI.

– V. Ex^a salientou, inclusive, que o Poder Executivo enviaria exposição de motivos contendo a descrição do programa de apoio externo ao ajuste da economia brasileira e a documentação relativa às operações com o FMI e o BIS – afirmou Suplicy.

CONSTITUIÇÃO

Em sua argumentação, o senador leu o dispositivo constitucional segundo o qual compete privativamente ao Senado autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, estados, Distrito Federal e municípios. Disse também que o próprio presidente do Senado

afirmara, em 26 de novembro, que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, considerava que as operações com instituições financeiras como o Bird, o Bank of International Settlements, o BID e o G-7 eram operações correlatas àquela com o FMI.

"Portanto, a operação com o FMI, mesmo – no entendimento do governo – sendo ela correlata, condicionada a essas outras operações, deve naturalmente passar pela autorização e aprovação prévias do Senado Federal", argumentou Suplicy. Também lembrou que o próprio Malan, quando da realização de operação com o Bird, em 1997, fez questão de enviar mensagem ao presidente da República, para que fosse previamente autorizada e aprovada pelo Senado.

– Como pode o ministro da Fazenda ter um comportamento diante de determinado fato e, em caso semelhante, não se comportar da mesma forma, ou seja, não encaminhar previamente para o Senado? – indagou Suplicy.

E, dirigindo-se ao presidente da Casa, requereu: "Solicito a V. Ex^a que lembre ao Poder Executivo a remessa prévia e imediata da exposição de motivos antes da assinatura do referido acordo, sob pena de sua invalidação judicial por lesividade ao patrimônio público, em decorrência de vício de forma". O senador disse esperar que isso aconteça porque, de outra forma, sente-se na responsabilidade de "tomar outras medidas".



Presidente disse que Senado deverá aprovar empréstimos junto ao Bird e ao BID

ACM ressalta que Senado não precisa aprovar acordo

Ao responder ontem à questão de ordem apresentada pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) sobre o fato de o governo não ter enviado ao Legislativo exposição de motivos sobre a negociação de empréstimo com o FMI, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou em plenário o seguinte:

– V. Ex^a sabe que a Mesa decidiu que não era necessária a apreciação do acordo feito junto ao FMI, mas apenas aqueles feitos junto ao BID e ao Bird.

Antonio Carlos Magalhães lembrou a Suplicy que, em 26 de novembro passado, respondendo também a questão de ordem, dissera que, quando o governo federal enviasse ao Senado a exposição de motivos referente às negociações com o FMI e o pedido de autorização para os dois outros empréstimos, a Comissão de Assuntos Econômicos, bem como a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania poderiam inclusive, "se fosse o caso, dar parecer contrário à decisão da Mesa".

O presidente do Senado afirmou que Suplicy já estava instruído quanto ao problema em razão da resposta dada no mês passado.

– Dou-lhe agora a mesma resposta que lhe dei na ocasião – disse Antonio Carlos Magalhães. Quanto à possibilidade anunciada pelo senador de tomar outras medidas,

caso o Executivo não seja lembrado da necessidade de enviar uma prévia exposição de motivos a respeito do acordo com o FMI ao Senado, o presidente da Casa afirmou: "V. Ex^a pode tomar as medidas que julgar cabíveis como senador".

Ao argumentar sobre a necessidade dessa exposição de motivos, Suplicy referiu-se a editorial publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, segundo o qual o Congresso "está se comportando como uma extensão do Executivo, não exercendo todas as suas prerrogativas". Antonio Carlos Magalhães também respondeu a essa referência, afirmando que "o Senado está com a consciência tranqüila do dever cumprido".

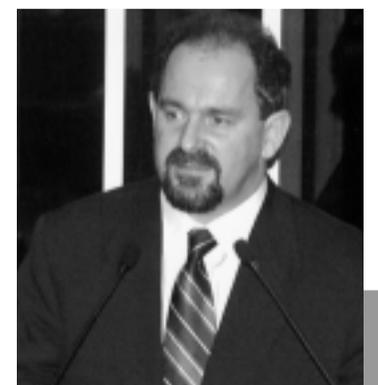
– Muitas das matérias a que o jornal se refere dizem respeito à Câmara dos Deputados, porque elas já passaram nesta Casa. Cito como exemplo as medidas provisórias. Se hoje o presidente tem tão amplos poderes é porque o Legislativo, na outra Casa, não votou matérias como a referente ao efeito vinculante, o novo Código Civil e outras. O Senado cumpriu o seu dever e enviou essas matérias à Câmara dos Deputados. Ocorre, entretanto, que lá elas não tramitaram no mesmo ritmo em que tramitaram aqui por motivos que até respeito, embora os desconheça – ressaltou Antonio Carlos.

Dutra alerta para o desemprego em Sergipe

"A condução da política econômica do Brasil não aponta para sua inserção no mundo globalizado. Ao contrário, nosso destino é continuar na periferia", alertou o senador José Eduardo Dutra (PT-SE), manifestando sua preocupação, em discurso ontem, com os atuais indicadores econômicos negativos, em especial com o aumento do desemprego no país e em seu estado, Sergipe.

Dutra explicou que, com essa política de abertura às importações, o governo está gerando muitos empregos, mas em outros países. "A concorrência desleal está levando ao fechamento de fábricas e encolhimento de empregos. Nos últimos oito anos, a indústria têxtil de Sergipe fechou seis mil postos de trabalho, segundo documento que recebi do Sinditêxtil (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação, Tecelagem e Confeção do Estado)."

Para o senador sergipano, enquanto o governo não baixar bastante os juros e diminuir o déficit de US\$ 35 bilhões anuais em conta corrente, medidas como as do ajuste fiscal equivalem a estancar hemorragia com um *band-aid*. "Não se trata de querer fechar os portos brasileiros às importações, mas de impedir a concorrência desleal e aumentar a produtividade dos produtos brasileiros para que possam competir com os artigos estrangeiros", enfatizou Dutra. Ele pediu que a correspondência enviada pelo Sinditêxtil fosse transcrita nos Anais do Senado, por traçar um mapa concreto do avanço do desemprego no setor. "Sergipe não tem uma economia forte como São Paulo, por isso esse problema no campo dos têxteis se irradia para outros setores da economia", concluiu Dutra, exortando o governador de Sergipe, Albano Franco, "a ser menos aliado incondicional de Malan e cia."



Dutra: indústrias brasileiras enfrentam concorrência desleal dos produtos estrangeiros

Lúdio acha que Mercosul deve agir com cautela

Os países do Mercosul devem "aguardar mais algum tempo" antes de firmarem acordos comerciais com a União Européia, afirmou ontem o senador Lúdio Coelho (PSDB-MS). Como presidente da Seção Brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPCM), o senador disse ter chegado a essa conclusão depois de participar, na última semana de novembro, de uma reunião entre o Parlamento Europeu e o Mercosul, em Bruxelas, onde foi debatida a evolução política e econômica entre os dois blocos.

A cautela recomendada pelo senador baseia-se na constatação de que os europeus, durante as discussões na Bélgica, demonstraram não ter interesse em aumentar suas importações de produtos primários do Mercosul, que res-



Lúdio disse que europeus não pensam em aumentar importação de produtos

pondem por 54% das exportações brasileiras para aquela região. Por essa razão, Lúdio Coelho adiantou que a posição de cautela será defendida por ele no próximo encontro da CPCM, no

dia 8 de dezembro, no Rio de Janeiro.

Lúdio Coelho lembrou que os agricultores europeus têm forte poder de pressão sobre seus governos, "que não costumam contrariá-los." Além disso, observou, um grande obstáculo enfrentado pela agricultura brasileira em comparação à dos europeus são as diferenças nas condições de infra-estrutura.

– Lá, como nos Estados Unidos, eles contam com um sistema de transporte aquático, ferroviário e terrestre de excelente qualidade, enquanto no Brasil não existe transporte aquático, muito pouco ferroviário e as nossas estradas estão destruídas. Além disso, os produtos europeus são subsidiados e os juros deles são bem inferiores aos nossos, o que praticamente frustra a possibilidade de aumentarmos a venda dos

nossos produtos agrícolas no exterior – queixou-se ele.

De acordo com o senador, a principal motivação da União Européia para negociar o acordo com o Mercosul é evitar prejuízos às suas exportações caso seja implementada a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), o que deve ocorrer em 2002.

As exportações do Mercosul para a União Européia aumentaram 24% em relação a 1990, mas, no mesmo período, as suas importações cresceram nada menos que 342%. Desse modo, o saldo da balança comercial entre os dois blocos, que era de US\$ 9 bilhões a favor do Mercosul, inverteu-se a partir de 1996, para alcançar US\$ 7 bilhões a favor da União Européia – criticou Lúdio Coelho.



Ronaldo Cunha Lima fez pronunciamento em solidariedade ao movimento "Grito das Águas"

Ronaldo cobra transposição das águas do São Francisco

Em discurso pleno de lirismo, o senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) cobrou novamente a transposição das águas do rio São Francisco para o sertão nordestino. Afirmou que fazia seu pronunciamento em solidariedade ao "Grito das Águas", movimento suprapartidário lançado em Campina Grande (PB).

Ele lembrou que o homem do campo, no Nordeste, tem suas crendices. Acredita em botija (tesouro enterrado, segundo o dicionário Aurélio) e em mal-assombro. O agricultor espera a chuva até o dia de São José (19 de março), senão não planta mais. E leva muito a sério as previsões dos adivinhos ou adivinhões.

O senador citou artigo publicado pelo poeta Gerardo de Melo Mourão na *Folha de S. Paulo*, contando a história de um desses adivinhos infalíveis, o "seu" Né, de Águas Claras. Segundo este profeta, a repetição de três números no calendário é fatal. Dizia que houve uma grande seca em 1666, menor que a de 1777 que, por sua vez, foi ainda menor que a de 1888.

— Mas "seu" Né vaticinava que a seca pior, a do fim do mundo, é a que vai chegar com três noves, em 1999. Nesses três noves, segundo a previsão de "seu" Né, o sol vai virar dragão e secar tudo: a água dos rios, o leite das cabras e o útero das mulheres — disse o senador, acrescentando a advertência final do adivinho: "Se os governos não acabarem com a seca, a seca acabará com os governos na seca dos três noves. E quem viver verá".

Ronaldo disse estar com medo da previsão de "seu" Né. Na Paraíba, 70% dos açudes estão secos. Lembrou que desde 1996 se anuncia uma grande seca para o Nordeste. E que há 100 anos a transposição do São Francisco foi prometida. O senador recordou ter pedido a transposição ao presidente Fernando Henrique, com a certeza de que ele atenderá à solicitação. Da mesma forma, pediu à bancada paraibana no Congresso o apoio a uma emenda orçamentária em favor da transposição. Afirmou que continuará pedindo pelos nordestinos "que, em sua crença, já pediram o São Francisco até a São José".

— Não importa que, em vez da asa branca, seja um tucano que anuncia o advento desse novo tempo — finalizou.

Brasil tem mais de 4.500 crianças soropositivas

O número, do Ministério da Saúde, foi citado pelo senador Eduardo Suplicy ao registrar o Dia Mundial de Combate à Aids

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) registrou ontem a passagem do Dia Mundial de Combate à Aids apresentando dados coletados pelo Ministério da Saúde sobre a disseminação da doença no Brasil. Os números demonstram o crescimento da contaminação pelo vírus HIV entre mulheres e crianças, apontando um total de 129 mil casos notificados no Brasil pelas autoridades de saúde até fevereiro deste ano.

— A região Sudeste é a mais atingida, com 89% dos casos, constatando-se maior incidência, 69%, na categoria sexual de homo/bissexuais masculinos. O número de portadores do vírus é muito maior entre os homens que entre as mulheres, embora venha se observando o crescimento da transmissão por meio de relações heterossexuais — afirmou Suplicy.



Eduardo Suplicy

De acordo com o levantamento, a incidência está crescendo entre as crianças, passando de 4.500 o número de menores contaminados. "Já existem no Brasil 2.401 crianças do sexo masculino e 2.172 do sexo feminino portadoras do vírus da Aids. Entre os adolescentes anuncia-se o aumento do número de casos, o que mostra a necessidade de uma ação educativa urgente direcionada a essa faixa etária", alertou o senador.

Suplicy citou matéria publicada na edição de ontem do jornal *Correio Braziliense*, em que médicos franceses analisam as fragilidades ainda existentes no trabalho preventivo em todo o mundo e ressaltam a importância de investir com mais vigor em linhas de pesquisa.

— O doutor Leibowitch chega a afirmar que 'não podemos seguir tratando

apenas 1% dos doentes enquanto tentamos achar uma saída para 99%, sem fazer nada por eles'. Conforme dados da ONU publicados pelo jornal, a Aids já matou 14 milhões de pessoas (95% nos países em desenvolvimento) desde o começo da epidemia em inícios dos anos 80 — disse Suplicy.

O senador reconheceu que o governo tem feito um grande esforço, contando com a parceria de várias organizações não-governamentais como o Grupo de Apoio de Prevenção à Aids (Gapa), o Grupo Vida, os voluntários da Fraternidade Assistencial Lucas Evangelista (Fale) e outros que compõem o Fórum das ONGs.

Mesmo assim, o senador Suplicy disse estar preocupado com o fato de que, neste momento de maior necessidade de investimento no combate à doença, foi feito um corte orçamentário de R\$ 59 milhões no subprograma de controle de doenças sexualmente transmissíveis.

Benedita defende mudança nas campanhas de prevenção à doença

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) ofereceu seu apoio ao Ministério da Saúde para que as campanhas de combate à Aids sejam efetivamente capazes de sensibilizar a população. Em sua opinião, "alguma coisa parece estar errada nessas campanhas", visto ser inexplicável registrar-se o descontrole da doença, ao mesmo tempo em que a ciência tem feito tantas conquistas nesse campo.

Na opinião da senadora, as campanhas têm sido questionadas pelo excesso de timidez, daí por que não sensibilizam os jovens, que continuam negligenciando os preservativos, repassando a doença para terceiros e usando drogas injetáveis. "Hoje, existem medicamentos novos e mais eficientes no combate ao vírus, mas a prevenção tem-se revelado um verdadeiro desastre", disse a senadora.

Ela questiona se, diante da indiferença do povo brasileiro para com essas campanhas, não seria o momento de o Ministério da Saúde ousar mais e ser mais realista, a fim de conseguir a conscientização da população. Benedita considera importante a educação da comunidade para o fato de que o risco de contrair a doença é de todos e também para que se tire da Aids o estigma de doença que atinge apenas grupos de risco.

"Somos todos grupo de risco", adver-

tiu a senadora, lembrando que a doença avança entre jovens e mulheres, atingindo proporções alarmantes nos países pobres. Conforme Benedita, a Aids já atinge 33 milhões de pessoas no mundo. Ela disse que, nos últimos sete anos, os heterossexuais passaram a representar 48% dos casos da doença contrai-

PRIVATIZAÇÃO

No mesmo discurso, Benedita rechaçou a idéia de privatizar-se a Companhia de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae). Em sua opinião, vender a companhia no final de um governo não seria ético e prejudicial ao estado, até porque o governador eleito do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, já manifestou sua posição contrária a essa alienação.

Conforme a parlamentar, sindicatos, organizações da sociedade e toda a bancada fluminense no Senado têm-se manifestado contrários à privatização da Cedae. Daí a opinião dela de que a sua eventual concretização significará "um profundo desrespeito com aquela população".

RUTH CARDOSO

A senadora também condenou as

agressões promovidas por estudantes do Rio de Janeiro contra a esposa do presidente da República, dona Ruth Cardoso.

"Não compactuamos com essas agressões nem reconhecemos que elas sejam o pensamento majoritário estudantil", afirmou Benedita da Silva, para

quem o protesto é um reflexo da insatisfação existente em relação ao governo. Também disse que o PT vem demonstrando essa insatisfação no trabalho de suas bancadas no Congresso e por movimentos organizados da sociedade civil.

Ela considerou perigoso atribuir ao PT a responsabilidade pelas agressões contra dona Ruth Cardoso,

sustentando que o partido à qual pertence "tem transparência ideológica e não age na clandestinidade".

Em aparte, o senador Artur da Távola (PSDB-RJ), que no início da sessão condenara a agressão estudantil, afirmou que, em nenhum momento, responsabilizou o PT pelas hostilidades. Ele explicou ter se referido à existência de um caldo de cultura capaz de levar a oposição aos limites da atitude insurrecional. E sustentou: "É claro que isso não corresponde aos setores mais conseqüentes do seu partido".



Benedita da Silva

Rocha quer debate sobre extinção de manicômios

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) afirmou ontem que é descabida a urgência para o projeto de lei da Câmara que substitui hospícios e manicômios em todo o país por "moradias terapêuticas". Requerimento de urgência para a matéria deve ser votado na Ordem do Dia de hoje. Rocha lembrou que o projeto está tramitando no Senado há sete anos e disse que não existe consenso e entendimento sobre a matéria nem no âmbito do governo:

— O Ministério da Saúde não se posicionou sobre o assunto — explicou o senador.

Relator, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), das emendas apresentadas ao projeto em plenário, Sebastião Rocha informou que planejava realizar uma ou duas audiências públicas com especialistas, para que "pudéssemos ter uma lei de acordo com aquilo que se aspira para a pessoa portadora de transtorno mental".

Rocha lembrou que o assunto foi abordado pelo jornal *Folha de S. Paulo* em sua edição de domingo passado.

Lucídio é contra adiar votação da matéria

Em resposta ao senador Sebastião Rocha (PDT-AP), o senador Lucídio Portella (PPB-PI), relator do projeto de lei da Câmara que dispõe sobre a substituição de hospícios e manicômios por "moradias terapêuticas", disse ser contra o adiamento solicitado por Rocha. Lucídio lembrou que o projeto foi amplamente discutido no âmbito da CAS ao tempo em que era presidida pelo ex-senador Almir Gabriel.

Ressaltou que, na época, foram realizadas várias audiências com depoimentos de professores, médicos e parentes de pacientes. "O projeto está nas mãos do senador Sebastião Rocha há meses e ele poderia ter repetido as audiências se quisesse", afirmou Lucídio.



Sebastião Rocha



Lucídio Portella